

PAPEL DO SEBRAE NA CONSOLIDAÇÃO DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

Heloísa Alves de Sousa - UnB - heloisadesousa@gmail.com

A construção do Estado brasileiro se deu em um emaranhado de relações com os interesses privados e do capital. Uma reprodução das relações de classe e poder, em que revela o Estado autocrático que preserva os interesses das classes dominantes.

A parceria público-privada (PPP) é um fenômeno que acompanha a formação, consolidação e o presente do Estado brasileiro. Sob denominações diferentes ao longo da história. A PPP tornou-se uma ferramenta para o avanço do projeto neoliberal iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

A PPP se torna um modelo que responde a necessidade do capital dentro do neoliberalismo, pois permite uma relação de colaboração entre o setor público e o setor privado para a realização de projetos de infraestrutura, transporte, serviços públicos ou outras atividades de interesse público. Essas relações de parceria envolvem múltiplos interesses, às vezes, contraditórios e por embasam as relações contratuais entre o interesse público e privado, podem encobrir o sentido do serviço público, como direito público. essas relações podem ser descritas como uma resposta para combinar os anseios da burguesia, das empresas transnacionais, fundações privadas com as necessidades dos governos de construir algo ou de ampliar o acesso e oferta dos direitos sociais.

As PPPs vão muito além da transferência da execução de um serviço público. As PPPs são uma forma de materializar a transferência para o setor privado a responsabilidade de elaborar e implementar uma política pública (Adrião *et al*; 2009). Neste sentido, as relações público-privadas na educação tornam o direito à educação, a garantia, o acesso, permanência na escola e os meios para que se efetivem uma mercadoria.

No Brasil, o modelo mais usado de relação público-privada na educação básica é a parceria entre o governo e a iniciativa privada a partir de contratos de gestão que têm por objetivo a prestação de serviços e de compra e venda de materiais necessários para prestação de serviços, assessorias, construção de materiais normativos como currículo. Neste modelo os entes privados aparecem como Organizações da Sociedade Civil (OSC), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Serviços Sociais

Autônomos¹ (SSA) para prestação de serviços sociais de interesse público, contribuem para entrelaçar e confundir o sentido do público para o público.

Segundo a Comissão Nacional de Classificação de 2021(Concla)², o SSA é compreendido por entidades pertencentes ao Sistema S entre outras entidades e tem por características: serem criados e autorizados por lei; são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos; são mantidos por dotação orçamentária e contribuições paraestatais e são destinadas a ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupo profissionais. O Sistema S é o Serviço Social Autônomo com maior abrangência no território brasileiro. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas tornou-se parte do Sistema S em 1990, como parte do Plano Nacional de Desestatização.

O SEBRAE constituiu-se inicialmente como o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequenas e Médias Empresas (CEBRAE) em 1972, durante o governo do presidente militar Emílio Médici (1969- 1974). Voltado para formação e assessoria do pequeno e médio empresário no gerenciamento de lucros e investimentos a fim de evitar a inadimplência para com os bancos e regularizar a situação fiscal com o Estado. Ainda como CEBRAE, o órgão estatal criou juntamente ao grupo Globo o programa *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* e criou também uma revista de circulação nacional com o mesmo nome do projeto televisivo no final dos anos 1980. Ao integrar o Sistema S a partir da década de 1990, O SEBRAE iniciou um movimento de consolidação da marca e de treinamento de micro e pequeno empresário, atuando principalmente para a reprodução de comportamento empreendedor em seu público-alvo. Entre 1990 e anos 2000, as ideias de empreendedorismo no Brasil se consolidaram e recebeu grande incentivo do SEBRAE com campanhas televisivas, cursos sobre empreender, parceria com faculdades para implementação de disciplinas sobre empreendedorismo inovador e empreendedorismo individual, além de estabelecer convênios com Instituições de Ensino Superior para ampliar a oferta de Educação à Distância.

Em 2008, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a promulgação da Lei Complementar nº128/08, cria-se o Microempreendedor Individual (MEI) e este se

¹ O SSA está entre as exceções ao MROSC pois agregaram particularidades contraditórias: Mesmo sendo criadas por força de lei, são consideradas personalidade jurídica de direito privado e não fazem parte da administração direta ou indireta, tem fonte de financiamento própria e compulsória, arrecadado por órgão estatal, contudo não tem natureza tributária, denominada contribuição paraestatal.

² <https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2021/33879-2021-307-7-servico-social-autonomo>

tornou foco do SEBRAE a partir de 2009 para criar treinamentos, formações, produtos midiáticos com foco em atrair o público-alvo que seriam possíveis empreendedores.

O MEI, que legalmente foi criado para formalizar uma grande parcela de trabalhadores no mercado informal, tornou-se uma ferramenta de flexibilização do trabalho e dos direitos trabalhistas, criando novas formas de relação contratual entre os empresários e os trabalhadores (Mantovani, 2020).

O Sebrae criou em 2015 o Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE), e iniciou sua nova fase como produtor de comportamento, atingindo a educação básica pública em todas suas etapas. O PNEE visa promover o empreendedorismo como uma pretensa competência essencial na formação dos estudantes. Seu objetivo principal é desenvolver habilidades empreendedoras desde as etapas iniciais da educação até o ensino superior, para preparar os alunos para enfrentar desafios no mundo dos negócios e estimular a inovação e o espírito empreendedor.

O Plano Nacional de Educação (2014-2024) trouxe a parceria com o Sistema S a partir do termo parceria com entidades sindicais (CNI, CNA, CNC entre outros sindicatos patronais que atuam no mercado de formação profissional), além disso, o Sistema S esteve presente nas discussões para elaboração do PNE como representante do segmento empresarial da educação.

Ao tempo em que várias instituições e organizações refletem acerca de proposições para o Plano Nacional de Educação (2024-2034), esse estudo, parte de estudos acadêmicos do mestrado em educação, tem por **objetivo geral** analisar o papel do SEBRAE no processo de desenvolvimento e consolidação da educação empreendedora no Distrito Federal.

Amparado na perspectiva do materialismo histórico dialético, parte-se da **indagação**: como SEBRAE influenciou o processo de desenvolvimento e consolidação da Educação Empreendedora no Distrito Federal? Para tanto, utilizou-se a metodologia da análise histórica no período que abrange dois Termos de Cooperação Técnica (TCT), entre 2017 e 2022.

DESENVOLVIMENTO

A análise histórica é uma abordagem metodológica que busca compreender e interpretar os eventos, processos e mudanças ao longo do tempo, considerando as relações

humanas, as estruturas, as formas, características, mediações e a totalidade histórico-social.

Em termos metodológicos, como fonte de pesquisa analisou-se TCT nº 08/2017, nº 06/2021 entre SEEDF e o SEBRAE, os planos de trabalhos de cada TCT, os documentos organizacionais elaborados pelo SEBRAE, como o Manual de Gestão do Programa Nacional de Educação Empreendedora.

Categorizou-se a partir da análise histórica dos documentos, as contradições em formato de pares dialéticos: estudante-potencial empreendedor, professor- transmissor, modelagem de comportamento - educação crítica.

Essa aspectos demonstram as contradições sociais, o estudante ou aluno, como é denominado a criança ou adolescente matriculado em uma escola pública, é denominado potencial empreendedor na Educação Empreendedora, o professor que traz consigo toda uma visão crítica a partir de suas formações e vivências é colocado como transmissor do conteúdo do material didático elaborado pelo SEBRAE, a formação crítica do estudante torna-se uma modelagem comportamental para ser um futuro empreendedor.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Neoliberalismo enxergou nas PPPs uma ferramenta para manter os interesse privados acima dos interesse públicos. O SEBRAE por meio de cursos, assessorias, propagandas em grandes mídias dissemina a ideologia do empreendedorismo e do comportamento empreendedor, onde as chamadas competências de resiliência e flexibilidade frente às adversidades, a capacidade de enfrentar riscos e incertezas, perseverança, administração de conflitos, a busca por aprendizagem e formação torna-se necessária, segundo a instituição, para o cidadão que deseja estar alinhado às expectativas do mercado. Essa ideologia permitiu que desde 1990 tivéssemos um ataque aos direitos trabalhistas e sociais de previdência, sob o argumento que a flexibilidade jurídica no trabalho resultaria em uma melhora econômica nos salários. Portanto, a classe burguesa no Brasil movimentou o Sebrae para construção de um ente que pudesse mediar, propor e defender os interesses privados com o Estado de modo que, o capital estatal financiasse as empresas privadas até mesmo com fundos públicos

Por fim, os movimentos estratégicos durante a trajetória do Sebrae demonstram um avanço dentro das estruturas do Estado e da sociedade civil, a estratégia do PNEE

produção (modelagem) de comportamento dos estudantes da educação básica demonstra uma ofensiva sobre a educação pública por meio das parcerias público-privadas dentro do governo do Distrito Federal entre 2017 e 2022

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm.

Acesso em 10/09/2023.

CAETANO, M. R. C. VIDAL PERONI, V. M. Relações entre o público e o privado na educação brasileira: neoliberalismo e neoconservadorismo - projetos em disputa. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 01-26. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53469/32547>. Acesso em 02/07/2022.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital [1867]**. São Paulo : Boitempo, 2013.

MANTOVANI, Emanuele. A política pública do Microempreendedor Individual como instrumento de precarização do trabalho feminino. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 3, p. 35-56, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/cgd.v6i3.35205>. Acesso em: 30/08/2023.

PERONI, V. MÚLTIPLAS FORMAS DE MATERIALIZAÇÃO DO PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL: sujeitos e conteúdo da proposta **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/peroni.pdf>. Acesso em: 30/08/2023.